



Acontece

Índios e Universidade: os caminhos da educação superior indígena na Amazônia Brasileira – Roraima

Roberto Ramos Santos

Universidade Federal de Roraima
roberto.ramos@ufr.br

Resumo

A universidade, como instância de natureza pública, tem função de compreender tradições e enriquecer a cultura dos povos. É seu papel formar pessoas sem nenhuma discriminação social, que façam a diferença em favor da elevação dos direitos de cidadania e da qualidade de vida da população onde ela estiver. Este artigo procura mostrar os avanços da educação superior indígena no estado de Roraima, que, pelo Censo 2010, é proporcionalmente o mais indígena do Brasil. O propósito é apresentar o processo de democratização do ensino superior na Amazônia brasileira, com a adoção de políticas afirmativas da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que tem permitido indígenas de diversas etnias ingressarem na universidade. A política educacional da UFRR, nos últimos tempos, constitui-se em uma ferramenta poderosa para a promoção da cidadania e para o etnodesenvolvimento dos povos indígenas amazônicos.

Palavras-chave: Ensino Superior; Educação Indígena; Universidade e Inclusão.

Abstract

Investments in education for social inclusion of an increasing share of the population is a major factor for the development of any country that aims to be a protagonist in the global economy. The article attempts to show the progress of indigenous higher education in Roraima, which, by the 2010 Census, is proportionally the state more native to Brazil. The purpose is to present the process of democratization of higher education in Brazil, with the adoption of affirmative action policies of the Universidade Federal de Roraima (UFRR), which has allowed diversity of indigenous peoples of the Amazonian enter university. The educational policy of UFRR, in recent times, it constitutes a powerful tool for the promotion of citizenship and the ethnodevelopment of Amazonian indigenous peoples.

Keywords: Higher Education; Indian Education; University and Inclusion.

Résumé

Les investissements dans l'éducation pour l'inclusion sociale d'une partie croissante de la population, se sont devenus des facteurs majeurs dans le développement de tous les pays qui souhaitent le statut de protagoniste dans l'économie mondiale. Cet article essaie de montrer les progrès de l'enseignement supérieur indigène de l'état de Roraima qui, par le recensement de 2010, est proportionnellement l'état le plus indien du Brésil. Le but est celui de présenter le processus de démocratisation de l'enseignement supérieur, avec l'adoption de politiques d'action positive de l'Université Fédérale de Roraima (UFRR), qui a permis à divers groupes ethniques autochtones de l'Amazonie, d'avoir l'accès à l'enseignement supérieur. La politique éducative de l'UFRR, dans ces derniers temps, se constitue d'un outil puissant pour la promotion de la citoyenneté et le développement ethnique des peuples autochtones de l'Amazonie.



Mots-clés: L'Enseignement Supérieur; L'Éducation Autochtone; L'Université et L'inclusion.

Introdução

No mundo de hoje, cada vez mais globalizado, o conhecimento científico e tecnológico é um instrumento importante para a promoção universal dos direitos humanos. Os países que buscam avançar o seu modo de vida procuram ter nos investimentos em educação sua principal ferramenta para promover, pela cultura, ética e movimento das ideias, valores de cidadania e de bem-estar social. A presença de um ensino de qualidade, em todos os níveis e para uma parte cada vez maior da população, é fator preponderante na geração de desenvolvimento econômico com preceitos de liberdade, igualdade e justiça social.

O Brasil, no que se refere à educação superior, parece estar finalmente aprendendo esta lição, quando, desde o início do governo Lula, em 2002, seguido pelos governos Dilma, em 2010 e 2014, se observa, na agenda política do governo federal, um processo de democratização do acesso ao ensino, com o surgimento de diversas universidades e institutos, fora dos grandes centros urbanos do País, em regiões de baixa industrialização e de pouco avanço social;¹ por meio de programas e financiamento,² a ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas e privadas já existentes; também, a adoção de ações afirmativas, o que tem permitido aos brasileiros de camadas menos favorecidas e dos estratos étnicos de cultura distinta frequentar os bancos universitários, podendo no futuro, a partir do direito pleno à educação, gerar uma redução na pobreza e na exclusão social no País.³

Este artigo versa sobre a experiência cidadã da Universidade Federal de Roraima (UFRR) com a educação superior indígena, mostrando, de forma sucinta, os caminhos percorridos por essa instituição na implantação, desde 2003, de novos projetos político-pedagógicos voltados para a remoção gradual de barreiras no acesso indígena à formação de capital humano de nível elevado e com princípios da diferença, especificidade, multilinguismo e interculturalidade. Pode-se dizer que o momento vivido é um dos mais significativos dos vinte e cinco anos da história dessa Universidade, localizada na Amazônia setentrional, próxima à fronteira do Brasil com a Guyana e Venezuela. Hoje, conta com 50 cursos de graduação, 14 programas de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, 487 docentes no ensino superior e cerca de 10 mil alunos matriculados. Acrescentem-se seus variados projetos de cooperação, pesquisa e extensão, nacionais e internacionais, que ajudam a qualificar a UFRR como uma instituição pública e gratuita, cumpridora do seu papel de servir a contento a sociedade, comprometendo-se, sobretudo, com o desenvolvimento dos povos e do território da Amazônia.

¹ Para exemplificar, cita-se, entre outras, a criação, em 2005, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM/MG) e, em 2009, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA/PA).

² O Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) são carros-chefes dessa política do governo federal para a expansão de vagas no ensino superior brasileiro.

³ Cf. Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) e o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Brasil, 2005).



Um olhar para a cidadania: a missão da universidade

Criada em 1989, um ano após a transformação do Território Federal de Roraima em Estado pela Constituição de 1988, a UFRR iniciou suas atividades acadêmicas no contexto amazônico com o propósito de constituir-se, ao longo de sua história, numa universidade cidadã. Os princípios básicos de sua regência foram: a ética, conduzida pelo exercício regular de regras legais estáveis; e a racionalidade dos atos acadêmicos administrativos, cujo primado das ações se voltaria, sobretudo, para atender às demandas dos povos da Amazônia, em especial da população de Roraima e fronteira, quanto ao desenvolvimento regional.

A missão universitária comprometeu-se, dentro das possibilidades reais e das competências jurídicas da UFRR, com a formação de cidadãos éticos e de capacidade crítico-reflexiva, respeitando e valorizando as diversidades étnicas e culturais dos povos da Amazônia; igualmente, em razão da localização geográfica da Universidade, promover o convívio e a integração das populações fronteiriças, para ajudar essas comunidades em seu desenvolvimento local (cf. Martínez; Magalhães, 2011).

Em face disso, com fundamento na necessidade de produzir saberes aplicáveis à realidade socioeconômica local, a UFRR tornou-se para os cidadãos de Roraima um patrimônio social de valor inestimável. Um agente público estratégico que poderia ajudar, ao lado de outras instituições públicas e privadas, a encontrar um modelo regional de desenvolvimento integrado, que abrisse os horizontes para a solução de problemas proeminentes, como a iniquidade social, que aflige grande parte da população do estado, e seus baixos níveis de educação formal; não esquecendo, contudo, de atribuir valor e agregar benefícios ao patrimônio natural, que é a base para o progresso científico e econômico de toda a região amazônica e o berço da sua cultura.⁴

Historicamente, não é exagero afirmar que, nesses vinte e cinco anos, o papel desempenhado pela UFRR tem sido extraordinário no estímulo e na construção cotidiana de uma identidade coletiva para o povo roraimense. Também, na contribuição de capital humano, para promover o desenvolvimento econômico do estado de Roraima; servindo, ainda, para ajudá-lo na sua condição de estado relativamente jovem⁵ e com problemas de subsistência, a desenvolver – no governo federal e diante dos interesses econômicos das demais unidades federativas do País, inclusive as da Amazônia – estratégias para reduzir a distância desenvolvimentista que o separa na distribuição, não equânime, das riquezas nacionais.

Para cumprir suas obrigações com a sociedade roraimense, a UFRR assumiu, logo de início, o compromisso com a qualificação profissional de seus cidadãos, de acordo com o parágrafo II do artigo 3.º de seu primeiro Estatuto (Universidade Federal de Roraima, 1989), que definia suas finalidades: “II – preparar profissionais para o exercício das atividades técnico-científicas e artísticas, segundo as peculiaridades da região.”

Ao longo desse período, visando atender ao desenvolvimento econômico e social de Roraima, a UFRR procurou formar quadros especializados em diversas áreas do conhecimento, sendo notória

⁴ Alguns autores têm tratado sobre cultura e natureza na Amazônia; entre outros, cf. Loureiro, Oliveira e Duarte (2012).

⁵ Além de Roraima, os estados mais jovens do País, também criados pela Constituição Federal de 1988, são Amapá e Tocantins. O primeiro, como sabemos, surgiu com a mudança jurídica do Território Federal do Amapá e o segundo, após a divisão territorial do estado de Goiás.



a presença dessa Universidade, por meio dos seus ex-alunos e servidores, na ocupação de cargos em órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e nas cadeias locais produtivas de valor agregado. Hoje, não há um só setor ou lugar em Roraima, mesmo distante da capital, Boa Vista, onde não se possa sentir, por meio da formação em nível superior e dos demais projetos acadêmicos desenvolvidos, o impacto e a natureza pública dessa Instituição. Seus estudantes, de modo geral, recebem qualificação para ingressar, com a devida competência, no mercado de trabalho e participar, com mais igualdade e oportunidade, da distribuição das riquezas social e econômica construídas coletivamente. Do mesmo modo, eles são estimulados pelos docentes e a gestão universitária a ter um papel relevante na formulação de políticas públicas de cunho redistributivo nas arenas decisórias do estado e da região, beneficiando a maior parte da população roraimense; e, ainda, na ótica do respeito à liberdade individual e da solidariedade humana, preconizadas, respectivamente, pelo estado de direito e estado social (cf. Gozzi, 2004).

Contudo, uma universidade que pretende desenvolver a excelência acadêmica para servir melhor o meio social em que se encontra inserida não pode, simplesmente, fazer do ensino profissional em nível superior sua principal atividade. É preciso que as atividades de pesquisa e de extensão estejam nela também atreladas, que possam ter um papel relevante na elaboração e na propagação do conhecimento científico produzido internamente. A prática da pesquisa científica nas universidades, como é de conhecimento, permite, entre outras coisas, que os alunos desenvolvam a capacidade de produzir inovação, ciência e tecnologia, e a habilidade para trabalhar com esses campos na vida profissional.⁶ O mesmo se pode dizer da prática da extensão universitária, que proporciona aos estudantes um conhecimento substantivo da realidade social em que vão atuar depois de formados.⁷

As atividades extracurriculares permitem aos interessados acompanhar a evolução e as transformações da sociedade, observando os conflitos e diagnosticando soluções para os problemas sociais. Em vista disso, foi por meio do trabalho de extensão e pesquisa, realizado por alguns docentes e alunos, principalmente das áreas de Antropologia e Linguística Aplicada, que a UFRR começou a estabelecer, no fim da década de 1990, uma relação mais profícua com as comunidades e organizações indígenas de Roraima; por exemplo, ouvindo suas demandas por acesso ao ensino superior. Também com o reconhecimento interno do direito constitucional à igualdade dos povos sobre a educação, criando condições para que o universo acadêmico da rede federal de ensino do País pudesse fazer parte da formação indígena na década seguinte. Nesse momento, vale dizer que foi a UFRR a primeira instituição federal de ensino superior a oferecer cursos de graduação para a formação indígena no Brasil.⁸

Todavia, deve-se fazer um registro: a pesquisa científica e a prática da extensão universitária só começaram a ganhar mais importância na formação acadêmica dos estudantes da UFRR na segunda metade dos anos 1990 quando já era possível visualizar a participação institucional em projetos regionais e de interesse da maioria da população do estado. Esse hiato, que distanciou a prática do ensino do desenvolvimento da pesquisa e da extensão no período, pode ser explicado

⁶ Uma análise sobre a pesquisa científica como necessária à vida universitária, cf. Malnic (2006).

⁷ Sobre a importância da extensão universitária na formação acadêmica dos estudantes, cf. Rollemberg (2005).

⁸ Antes da UFRR, apenas a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), oferecia aos indígenas formação superior específica em nível de graduação. Em 2001, nessa universidade inaugurou-se o Curso de Licenciatura Intercultural.



pelo menos por três fatores. O primeiro deles refere-se ao difícil processo de financiamento e de implantação da UFRR, pois a Universidade foi criada com baixo orçamento para dar conta das suas atividades iniciais de ensino, pesquisa e extensão em um estado pobre financeiramente, de custo de vida elevado, em razão do isolamento geográfico, da baixa produtividade agrícola que não atende ao mercado interno, com suas fronteiras pouco assistidas pelo poder público federal, e distante, geograficamente, dos centros decisórios do País e da mídia nacional, que, talvez, nesse período, pudesse discutir e comunicar em rede nacional, com mais abrangência, sua difícil realidade.

Além disso, a Universidade nasceu sem estrutura física adequada. Para funcionar, foi preciso que ela se abrigasse em prédios administrativos que pertenciam ao antigo Território Federal, em estado avançado de degradação, e seus funcionários, num esforço individual e coletivo, fossem capazes de estruturar minimamente as condições de trabalho para a oferta dos cursos iniciais.⁹

No contexto nacional, vale destacar que a Universidade foi criada em um dos piores momentos da história econômica do Brasil. Só para recordar, o cenário é único: o País vivia na década de 1980 uma drástica redução do seu ritmo de crescimento econômico, com aceleração dos índices inflacionários e o agravamento da crise social, o que levou, no início da década de 1990, a um rigoroso controle pelo governo federal dos investimentos públicos, inclusive na área de Educação, acarretando sérios prejuízos ao desenvolvimento da UFRR e à formação dos seus primeiros alunos.¹⁰

O segundo fator diz respeito à baixa titulação do seu corpo docente. Nos quadros iniciais de professores concursados, quase todos eram bacharéis. A UFRR, com o apoio das bolsas oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), precisou, antes de tudo, liberá-los de suas atividades de ensino para a capacitação fora do estado, em programas de mestrado e doutorado. Com o propósito de que, ao retornarem, pudessem eles desenvolver, com mais competência teórica, suas atividades de ensino e pesquisa e o envolvimento empírico, por meio da extensão, com as comunidades regionais.

Por fim, não menos relevante, é o fato de que grande parte dos pesquisadores contratados naquele período provinha das outras regiões do País, principalmente do Sul e do Nordeste brasileiro, não tendo conhecimentos científicos e tecnológicos aprofundados sobre a Amazônia e a realidade regional no que se refere, por exemplo, ao clima tropical úmido da região; etnicidade e multilinguismo; elementos socioculturais caribenhos por meio da integração de Roraima com a República Cooperativista da Guayana; economia de subsistência e extrativismo vegetal da população ao sul do estado e às margens do baixo rio Branco; diferenças culturais entre os povos da savana e os da floresta; presença de garimpeiros em terras indígenas, prostituição e tráfico de mulheres na fronteira com a Venezuela, etc.

⁹ Foram seis os cursos de graduação oferecidos pela UFRR. Entre eles: Economia, Administração e Letras.

¹⁰ Sobre a crise econômica e social brasileira na década de 1980, cf., entre outros, Lamounier (1990).



Foi necessário, portanto, um tempo de maturidade da maioria desses pesquisadores para se acostumarem com o novo lugar de residência, e também incentivos e compromissos institucionais, para que redirecionassem seus objetos de estudo, antes localizados na origem de nascimento ou da formação acadêmica do pesquisador, para o estado de Roraima e região amazônica, construindo diálogos com os diversos grupos sociais que passaram pela convivência e pelo relacionamento a ser assistidos pela Universidade.¹¹

A presença indígena na universidade: avanço e desafio

Com uma população indígena estimada em 49.637 habitantes, distribuída em dez etnias – Ingarikó, Macuxi, Taurepang, Yekuana, Wai-Wai, Wapichana, Yanomami, Sapará, Patamona e Waimirin Atruari – conjuntamente reunidas em três famílias linguísticas: Aruák, Karíb e Yanomami,¹² Roraima é proporcionalmente o estado mais indígena do Brasil. Os dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011) revelam um peso relativo de 11%, no total da população do estado (450.479 habitantes).¹³ O Amazonas vem em segundo lugar, com 4,4% no total de 3.843.985 habitantes, e Mato Grosso do Sul, na terceira posição, com 3% no total de 2.449.024 habitantes.

O Censo 2010 revela, ainda, que, em relação à contagem feita pelo Censo 2000 (IBGE 2001), o crescimento da população indígena do estado de Roraima ficou na casa de 76,5%, ficando atrás, apenas, dos estados do Acre, que praticamente dobrou sua população indígena, recebendo um incremento no período de 98,9%, e da Paraíba, totalizando a taxa de 89,9%. Para efeitos de administração por parte de órgãos federais, a população indígena de Roraima distribui-se, na sua maioria, em nove regiões, somando 290 comunidades habitacionais (Tabela 1) numa área geográfica de 46,2% do estado. Roraima é na Amazônia a Unidade Federativa do Brasil com o maior percentual de terras indígenas já demarcadas (Tabela 2). Vejamos as tabelas.

¹¹ Além do trabalho feito com indígenas, destacam-se, entre outros, o apoio dado à reordenação territorial de municípios rurais; o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em regiões de fronteira, com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Petrobras; estudos sobre geração de biodiesel apoiados pela Eletronorte e projetos da área de Saúde, com patrocínio financeiro do Ministério da Saúde e da área do sistema prisional.

¹² Nessas famílias linguísticas identificam-se cerca de 13 línguas indígenas, entre elas, wapichana (Aruák), macuxi e patamona (karíb), e samuná e ianomano (yanomami).

¹³ Agradecemos ao aluno Antônio Gomes de Oliveira o apoio na coleta dos dados.



Tabela 1 – Distribuição das comunidades indígenas por região, Roraima

Região	Comunidades
Serras	98
Surumu	25
Baixo Contigo	34
Raposa	41
Amajari	17
Taiano	16
São Marcos	33
Serra da Lua	18
Wai-Wai	8
Total	290

Tabela 2 – Terras indígenas demarcadas por estado na Amazônia Legal, 2014

Estados	Área do estado	Terras indígenas	% sobre a área do estado*
Acre	16.491.871	2.459.834	14,9
Amapá	14.781.700	1.191.343	8,1
Amazonas	158.478.203	45.232.159	28,5
Maranhão	26.468.894	2.285.329	8,6
Mato Grosso	90.677.065	15.022.842	16,6
Pará	125.328.651	28.687.362	22,9
Rondônia	23.855.693	5.022.789	21,1
Roraima	22.445.068	10.370.676	46,2
Tocantins	27.842.280	2.597.580	9,3
Total	506.369.425	112.869.914	22,3

Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/local...>

* Dados arredondados.

Na geografia por município com mais proporção de indígenas no País, Roraima também ocupa no Censo Demográfico 2010 uma posição de magnitude: o município de Uiramutã,¹⁴ localizado no Nordeste do estado, divisa com a Guayana e Venezuela, foi o que apresentou a maior taxa relativa nacional, 88,1%. No *ranking* dos dez maiores do País (Tabela 3), foi destaque, também, a participação dos municípios de Normandia, na sétima posição, com 56,9%; Pacaraima, na oitava, com 55,4%; e Amajari, na última, com 53,8%. Quanto ao nível de urbanização e o índice de desenvolvimento humano, registrados nesses municípios, observa-se na Tabela 3 que as faixas atribuídas não são elevadas, sendo Uiramutã e Amajari, comparativamente, os municípios com os mais baixos IDHs, 0,453 e 0,484, e as menores taxas de urbanização, 13,6% e 13,1%.

¹⁴ O município mais setentrional do Brasil. Seu nome significa: local de espera de aves (Uiramutã..., 2012).



Tabela 3 – Municípios com as dez maiores proporções de população indígena e o número absoluto de habitantes, Brasil 2010

Municípios/UF	Números absolutos de habitantes	Proporções de população indígena	IDH	Urbanização (%)
Brasil	190.755.799	0,4	0,727	84,4
Uiramutã, RR	8.375	88,1	0,453	13,6
Marcação, PB	7.609	77,5	0,529	37,4
São Gabriel da Cachoeira, AM	37.896	76,6	0,609	50,3
Baía da Traição, PB	8.012	71,0	0,581	38,6
São João das Missões, MG	11.715	67,7	0,529	20,9
Santa Isabel do Rio Negro, AM	18.146	59,2	0,479	37,8
Normandia, RR	8.940	56,9	0,594	25,9
Pacaraima, /RR	10.433	55,4	0,650	43,3
Santa Rosa do Purus, AC	4.691	53,8	0,517	40,3
Amajari, RR	9.327	53,8	0,484	13,1

Fonte: IBGE (2011).

A capital – embora represente comparativamente com esses municípios um percentual bastante inferior, cerca de 3% de índios no total da população de 284.258 habitantes entre 2000 e 2010 – obteve um crescimento em termos absolutos de 39,1%. Em 2000, a população indígena residente em Boa Vista era de 6.150 índios e em 2010, totalizou 8.550. Com 2.400 indígenas a mais, Boa Vista, no período, foi a capital, entre os estados brasileiros, que mais ganhou residentes, seguida de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, com um acréscimo absoluto de 1.257 residentes. Em termos relativos, a taxa registrada por Boa Vista, de 39,1%, foi a terceira maior. As cidades de Rio Branco no Acre e Maceió, em Alagoas, foram, entre as capitais, as que apresentaram taxas mais avançadas de crescimento no período, respectivamente 61% e 41,2%.

Na Tabela 4, apresentam-se os dados das únicas capitais dos estados brasileiros que conseguiram crescer sua população indígena no período intercensitário 2000/2010.¹⁵

¹⁵ Sobre estudos demográficos de indígenas brasileiros, cf. Pagliaro, Azevedo e Santos (2005), e Santos e Teixeira (2011).



Tabela 4 – Capitais com crescimento absoluto de população indígena no País e percentual de crescimento – Brasil, 2000/2010

Capitais/UF	População residente		Percentual de crescimento
	2000	2010	2000/2010
Boa Vista, RR	6.150	8.550	39,1
Campo Grande, MS	4.641	5.898	27,1
Maceió, AL	1.716	2.420	41,1
João Pessoa, PB	1.789	1.951	9,1
Teresina, PI	999	1.333	33,5
Florianópolis, SC	931	1.028	10,5
Rio Branco, AC	443	711	60,5

Fonte: IBGE (2001; 2011).

Em termos de educação indígena, o Censo INEP/MEC 2005 (INEP, 2007), no que se refere ao número de escolas, professores e matrículas, mostra que Roraima, entre os estados da Amazônia legal, ocupava uma ordem de grandeza mais do que justificava a adoção por parte da Universidade nesse período, de políticas afirmativas que dessem aos povos indígenas o pleno direito ao acesso à educação. Como é possível verificar na Tabela 5, na frequência das 257 escolas indígenas do estado, estavam em atividade 1.144 professores e 13.428 alunos, sendo a maior parte desses alunos matriculados no ensino fundamental de oito anos. Ao nível de formação docente, os dados da Tabela 6 mostram que nos estados da Amazônia legal eram poucos os professores com formação superior em atuação nas escolas indígenas, prejudicando em muito o desenvolvimento da educação básica em todas as comunidades.



Tabela 5 – Número de estabelecimentos de educação escolar indígena, professores e matrículas por nível/modalidade de ensino, na Amazônia brasileira, 2005

Estados	Escolas Indígenas	Professores	Matrículas					
			Total	Nível / modalidade de ensino				
				Educação infantil	Ensino Fundamental em 8 anos	Ensino Fundamental em 9 anos	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
Brasil	2.323	8.431	163.693	18.114	117.190	11.794	4.270	12.325
Acre	136	260	4.929	210	4.436	-	42	241
Amapá	57	272	3.212	815	2.165	-	-	232
Amazonas	783	2.034	49.139	5.513	37.304	106	1.694	4.522
Maranhão	225	505	11.338	151	11.099	-	24	64



Mato Grosso	176	661	11.162	505	7.193	3.071	261	132
Pará	91	270	8.421	781	7.232	-	-	408
Rondônia	69	168	2.850	241	2.508	86	-	15
Roraima	257	1.144	13.428	1.769	8.694	33	1.273	1.659
Tocantins	76	220	4.023	528	3.192	-	102	201

Fonte: INEP (2007).



Tabela 6 – Número de professores de estabelecimentos de educação escolar indígena por nível de formação, estados da Amazônia brasileira 2005

Estados	Total		Número de professores Nível de formação					
			Funda- mental completo	Médio	Médio Outra	Superior	Superior com magis- tério	Superior sem magis- tério
Brasil	9.945	989	1.198	4.960	1.487	1.176	98	37
Acre	277	55	114	89	7	12	2	1
Amapá	291	41	28	112	66	44	-	-
	2.537	332	187	1.504	277	207	29	1
	519	195	44	238	20	22	-	-
Mato Grosso	756	67	123	406	95	54	10	1
Pará	318	18	88	160	8	43	1	-
	196	27	11	128	13	14	2	1
Roraima	1.473	53	135	760	453	58	5	9
Tocantins	297	75	69	43	44	42	9	15

Fonte: INEP (2007).

É incontestável reconhecer a responsabilidade e o compromisso social da UFRR em atender – como sujeitos portadores de direitos – os povos indígenas em sua demanda por acesso ao ensino superior como meta provocante de seu desenvolvimento. Iniciativa essa quando ainda não havia, por parte do governo federal, programas de incentivo, como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind),¹⁶ que pudessem estimular nas instituições públicas de ensino o interesse maior pela promoção da democratização do acesso à universidade, como recurso estratégico para o desenvolvimento das populações menos favorecidas do País, resultando em uma contribuição importante ao crescimento do Brasil em termos globais.

A atitude ética e corajosa da UFRR – como deve ser o papel de qualquer instituição socialmente comprometida – demonstrou sua capacidade de visualização e de interferência na realidade do seu entorno; sendo capaz de iniciar, com poucos recursos financeiros e sem um corpo específico de docentes contratados para dar conta dessa demanda, um projeto histórico de formação profissional e científica que atendesse às populações indígenas do estado de Roraima.¹⁷ Ao mesmo tempo, com todo o cuidado para que seus valores culturais e suas tradições não fossem esquecidos

16 Programa criado em 2005 pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), para estimular a formação de professores indígenas no País (Brasil, 2005). O programa conta hoje com o apoio da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

17 Em 2003, o orçamento de custeio da UFRR, segundo dados da Pró-Reitoria de Administração, era na ordem de R\$ 4.404.294, com os gastos de manutenção, como de energia elétrica, vigilância e limpeza, consumindo todo esse recurso antes mesmo de o ano terminar. O corpo docente para iniciar a formação indígena foi recrutado em outros cursos da UFRR.



ou relegados a segundo plano durante o processo de construção da estrutura curricular e das formas de aprendizagem a serem implantadas na qualificação.

O primeiro sinal de participação indígena em cursos de graduação da UFRR ocorreu ainda na primeira metade da década de 1990, com a garantia de acesso igual ao dos demais estudantes por intermédio do vestibular. O perfil acadêmico era de residentes em Boa Vista, já em processo de urbanização, com certo domínio da língua portuguesa, que, por mérito individual, perceberam na Universidade uma oportunidade para adquirir formação superior profissional, capaz de oferecer-lhes mais status econômico e melhores condições de vida. Nos cursos de Direito, Ciências Sociais, Letras e Economia, registra-se a presença de estudantes indígenas em número reduzido.¹⁸

Apesar do significado histórico dessa presença na década de 1990, tanto para a Universidade quanto para os indígenas, faltava ainda a UFRR despertar para a necessidade de construir, com a ajuda dos movimentos sociais organizados, sobretudo aqueles nascidos da luta dos povos indígenas pelo reconhecimento dos seus direitos, um projeto político-pedagógico que fosse direcionado aos interesses coletivos das comunidades indígenas. Algo especial que contemplasse um conjunto de estratégias, iniciativas e políticas, capaz de promover as condições necessárias nas comunidades indígenas para que houvesse alternativas socioeconômicas ao desenvolvimento local.

Era uma oportunidade para que a UFRR, ao contribuir com o desenvolvimento social indígena por meio da formação superior, pudesse reafirmar e concretizar, na sociedade roraimense e na comunidade universitária em geral, sua crença no princípio constitucional de que todos, sem distinção, são iguais perante a lei, portanto merecedores do mesmo acesso a uma educação de qualidade nos moldes de uma poliarquia, definida por Dahl (1997) como um regime democratizante no qual se valoriza efetivamente a inclusão dos cidadãos no processo político e o direito amplo à contestação. E mais, que o projeto representasse um importante aprendizado à sua vida universitária, considerando nela o lugar apropriado para o encontro e a propagação da multiplicidade de saberes livres da noção dominante de superioridade do conhecimento atribuída a certos grupos sociais economicamente majoritários e baseado em supremacia de raça.¹⁹

Em outras palavras, que a UFRR não só fosse capaz de repassar aos novos estudantes indígenas o conhecimento científico produzido – com a pertinência das estruturas e dos valores acadêmicos devidos –, mas também, do mesmo modo operante, tivesse a capacidade de assimilar e de transmitir interna e externamente, para os demais agentes da sociedade com quem ela estabelece redes colaborativas, as práticas culturais e as tradições acumuladas pelos povos indígenas do estado de Roraima.

O trabalho que resultou na abertura de cursos de graduação para indígenas na UFRR se desenvolveu conforme explicitado a seguir. Iniciou-se em 2000, com a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) reivindicando a essa Universidade a elaboração de um plano de capacitação, em nível superior, para os professores vinculados às escolas indígenas do estado. Desde a década de 1980, essa luta já se manifestava nas ações das lideranças indígenas estaduais defensoras de um plano de educação que atendesse à formação de professores em todos os níveis para atuar dentro

18 Na UFRR, não há um registro que indique, separadamente, o número de estudantes indígenas no período. A informação prestada no texto baseia-se em depoimentos de professores e técnicos administrativos.

19 Sobre o lugar das universidades como espaço propício à multiplicidade de saberes, cf. Panizzi (2004).



das comunidades. Os depoimentos abaixo ilustram essa luta e o interesse político das lideranças pelo projeto.

O Estado exigia que para ser professor tinha que ter o magistério. Era um período de mudanças da Constituição em 1988, e isso vem fazer um novo marco pra reforçar a luta dos povos indígenas pela questão da educação diferenciada. Todas essas lutas nos vão apontar para a necessidade de uma formação também maior e mais abrangente dos valores indígenas, principalmente dos professores indígenas; e de entender melhor a relação do Estado com as comunidades. A gente tinha muita informação da realidade, das pessoas mais idosas que contavam, mas pouco acesso às outras informações. E isso, de certa forma, dificultava que nossas lideranças e professores tomassem uma posição um pouco mais informada nas discussões de política do Estado, de políticas públicas e de políticas de desenvolvimento econômico da região. (Professor indígena Euclides Macuxi apud Resende, 2008, p. 2).

Como a gente se organizava há bastante tempo e vem discutindo quais os nossos problemas, tínhamos também o objetivo de ter pessoas que pudessem discutir mais dentro da Secretaria de Educação para que a gente pudesse ter mais instrumentos para discutir a educação indígena específica. Os antropólogos eram vistos como sendo as pessoas que falavam pela gente. Naquele momento a gente pensou: agora nós vamos ter que começar a assumir essas discussões mais em nível estadual, em nível nacional. Então precisamos ter pessoas que também possam ter instrumentos e conhecimentos, para que a agente possa, de igual para igual, estar dentro dessas esferas [...] A gente acreditava que para mudar a escola indígena temos que ter um quadro de professores que possam ajudar as lideranças e a comunidade a pensar na escola indígena. (Professora indígena e ex-coordenadora da OPIRR Pierlângela da Cunha Wapichana apud Resende, 2008, p. 2).

[...] foram anos de preparação, seminários, convidando o pessoal para debater a importância do curso, a nossa demanda de professores que precisam ser formados e que o Estado não assumia nunca essa formação. (Professor indígena, então coordenador da OPIRR Enilton André da Silva apud Resende, 2008, p. 2).

Nós discutíamos: vamos formar só professor de História? Só de Física? Só de Química? A nossa demanda, na época, era para atender o Ensino Médio [...]; a gente foi amadurecendo as ideias, discutindo com o pessoal da universidade quais seriam as possibilidades de ter uma formação que pudesse contemplar as várias áreas de conhecimento, para que, no final, a gente pudesse ter professor das várias áreas. (Pierlângela da Cunha Wapichana apud Resende, 2008, p. 3).

A qualificação do professor era, portanto, um dos problemas mais urgentes a ser resolvidos por todos; e a UFRR, ciente da sua responsabilidade no enfrentamento das questões educacionais do estado, acolheu sinergicamente essa demanda dos povos indígenas apresentada pela OPIRR. Com isso, iniciou sua participação numa série de discussões e debates com os movimentos indígenas organizados,²⁰ a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Secretaria de Estado da Educação, Cultura



e Desportos a fim de delinear coletivamente um programa pedagógico que atendesse aos anseios das comunidades indígenas de Roraima e estivesse de acordo com a Resolução n.º 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (1999), de 10 de novembro de 1999 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Um dos ganhos positivos desses debates e discussões, que duraram aproximadamente dois anos e meio, incluindo visitas da Universidade às comunidades indígenas, trabalhos em grupos, mesas-redondas, diagnósticos dos principais desafios a serem enfrentados na futura proposta pedagógica, foi o surgimento, na UFRR, de uma nova unidade acadêmica vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, que teria a responsabilidade de cuidar internamente da formação superior indígena. Coube ao Núcleo Insikiran,²¹ criado em dezembro de 2001, a tarefa de aprofundar a legitimação, no interior da UFRR, da proposta de curso que se buscava desenvolver, com uma característica própria e diferenciada no que se refere ao ensino com base nos aspectos étnico, cultural e multilinguístico. Conforme explica o Pró-Reitor de Graduação, à época da criação do curso, Carlos Alberto Cardoso (apud Resende, 2008, p. 4; 5):

[...] o projeto de criação do Núcleo Insikiran [...] apresentado ao Conselho Universitário [...] foi aprovado sem maiores problemas nem questionamentos [...] era um projeto novo [...] algo que nós não estaríamos a princípio copiando de outras universidades, mas sim buscando uma identidade com a própria região, criando um espaço para discutir o acesso ao ensino superior pelas comunidades indígenas. Na primeira etapa, que foi a criação do Núcleo Insikiran, houve um envolvimento muito grande de vários setores da Universidade, principalmente dos docentes [...]. Mas não posso dizer que isso foi idêntico à criação do curso: no curso houve realmente problemas; aí realmente houve uma resistência muito grande [...]. Em muitos setores da Universidade, até mesmo na área de humanas, houve questionamentos se o acesso deveria ser feito da forma como estava se propondo, com a criação de um curso específico para formação de professores para as escolas indígenas. Se isso não estaria privilegiando um grupo na sociedade... É a velha discussão da inclusão social, de ter cotas, se deve ter um acesso específico ou não. Naquele momento as vagas para professores eram muito escassas e era o primeiro curso que a Universidade estava criando depois de muito tempo. Nós não tínhamos criado cursos que estavam sendo demandados por outros setores, mas criamos um curso para atender às comunidades indígenas e isso gerou uma certa resistência [...]. Mas foi utilizada uma estratégia, por parte daqueles que estavam defendendo a criação desse núcleo, de convidar as organizações e as lideranças indígenas para participarem dessa reunião, para que houvesse uma pressão social e o curso fosse aprovado. E foi aprovado, mas com um debate muito grande.

Por outro lado, em razão das expectativas dos cidadãos indígenas interessados em estudar na Universidade, a nova unidade tinha como missão fazer compreender, entre todos os atores externos envolvidos, principalmente os movimentos políticos organizados, as estruturas de funcionamento dessa Instituição, no que diz respeito a prazo, regras e procedimentos, definidos pelo Conselho

Povos Indígenas de Roraima (APIRR); e a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). Sobre os movimentos e as organizações indígenas no estado de Roraima, cf. Repetto (2008).

21 O nome Insikiran faz parte da mitologia dos povos indígenas dessa região. Em Macuxi, pertence a um dos filhos guerreiros de Makunaimi, criador do Monte Roraima e dos povos indígenas que aqui habitam.



de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelo Conselho Universitário. Fator importante para que não ocorresse retrocessos nas etapas de implantação do projeto. Assim, conforme depoimento em entrevista (29/9/2015) da professora Ednalva Duarte, do Curso de Química e uma das colaboradoras do Insikiran, que foi também pró-reitora de graduação da UFRR entre 2004 e 2012, procurou-se no período fazer esclarecimentos sobre normas e legislação de ensino de graduação, calendário universitário, histórico escolar, Plano Nacional de Assistência Estudantil e programas de bolsa de iniciação científica, extensão e ensino.

Contudo, o trabalho de articulação desenvolvido pelo Núcleo, hoje Instituto Insikiran,²² foi bem-sucedido. As instituições envolvidas conseguiram trabalhar em rede colaborativa e promover, com o tempo, uma visão comum e solidária sobre os diversos temas e metodologias que comporiam a proposta pedagógica curricular para a formação dos indígenas em nível do 3.º grau. Tratando, por exemplo, de estabelecer consenso mínimo quanto à forma do processo seletivo para ingresso na Instituição; as abordagens de ensino referentes às apresentações dos métodos, técnicas e conteúdos científicos e tecnológicos; a valorização das línguas e das culturas indígenas no processo de aprendizagem; a incorporação dos saberes tradicionais e sua proteção contra o uso indevido; e também sobre a importância de inserir, na prática de ensino, ideias de sustentabilidade como forma racional, em prol do desenvolvimento das comunidades locais, do respeito ao meio ambiente amazônico e de compromisso com o estado, num objetivo claro de fortalecer o sentimento étnico por meio da própria identidade e da natureza física.

Em julho de 2003, inicia-se, portanto, na UFRR, o primeiro curso indígena da Universidade pública brasileira vinculada à rede federal de ensino: a Licenciatura Intercultural, que ofereceu 60 vagas em três áreas de habilitação: Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Comunicação e Artes (cf. Carvalho; Fernandes; Repetto, 2008). Esse curso nasceu com o objetivo de fazer dos alunos agentes de mudança nas próprias comunidades, oferecendo a eles, por meio da dimensão ensino-aprendizagem, mais conhecimento inovador e crítico, que fosse capaz de desenvolver, com eficácia, uma compreensão sobre a realidade dos acontecimentos no País e no mundo; e como resultado provocasse uma melhoria substantiva no desempenho dos serviços de ensino prestados nas escolas indígenas, associados à prática do multilinguismo e da interculturalidade, valorizando também, nos diferentes espaços formativos, o respeito à diferença e o direito à igualdade (cf. Freitas, 2011).

A implantação da Licenciatura Intercultural, voltada para a valorização de temas étnicos numa perspectiva regional e ambiental, e de interesse direto das comunidades atendidas, tornou a UFRR mais aproximada do que está preconizado no artigo 206 da Constituição Federal brasileira, no qual o ensino se destaca com base no pluralismo de ideias e concepções ideológicas de mundo; no princípio da liberdade de aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Para dar início ao curso de Licenciatura Intercultural, formou-se na Instituição, uma força-tarefa de professores que pertenciam a diferentes unidades acadêmicas, com conhecimento nas áreas de formação do curso e dispostos a contribuir sem ganhos financeiros com sua realização. Participaram

22 O Núcleo Insikiran foi elevado à condição de Instituto em 2009 pelo Conselho Universitário. Nas suas decisões internas, têm direito a voto as organizações indígenas, a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos e Funci.



da primeira fase do projeto docentes da UFRR dos departamentos de Química, Física, Letras, Matemática, História, Geografia, Ciências Sociais e Ciências Biológicas. Além desses, atuaram no curso professores convidados de outras instituições, que estiveram em Roraima ministrando disciplinas com o apoio financeiro conveniado pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos. Entre esses, estavam docentes da Universidade de Campinas (Unicamp), da PUC Campinas e da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Também fizeram parte do quadro de ensino docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Universidade de Brasília (UnB). Os depoimentos abaixo mostram o significado do envolvimento e a importância da participação desses docentes na montagem e resultado do curso.

O Insikiran permitiu me reconhecer para sair de um viés estético de concepção do mundo para uma visão mais social da vida. Pela primeira vez eu pude compreender a importância da formação. Antes eu achava que a gente formava gente para ocupar esses carguinhos de professor, dentro de uma perspectiva individual; que cada pessoa tem de procurar uma ocupação na vida, e que o corpo social era feito desse modo mesmo. O Insikiran tem uma dimensão de coletividade que é bacana demais e foi isso que me chamou atenção. Foi a possibilidade de você não estar meramente repetindo saberes, de estar constituindo saberes, e também de estar mais aprendendo do que ensinando. Aqui, muitas vezes, tu é que tem que correr atrás do teu aluno, de entender como é esse processo. (Fábio Carvalho, ex-professor no Curso de Letras da UFRR e coordenador no Insikiran apud Resende, 2008, p. 33).

Hoje a agente recebe elogios pelo fato de ter um alto nível de discussão. Mas isso foi um investimento feito com os profissionais que vieram trabalhar conosco. Vejo que foi um dos acertos do Insikiran, porque apesar de ser um investimento alto trazer pessoas de fora, o investimento valeu a pena, porque a gente hoje tem professores bons, que vão sair para o mestrado direto, porque têm qualidade. (Pierlângela da Cunha Wapichana, então aluna do Curso da Licenciatura Intercultural apud Resende, 2008, p. 7).

Outro aspecto importante para o desenvolvimento desse curso, principalmente no diagnóstico e no campo da pesquisa e da extensão, foi o apoio recebido da Fundação Ford, por meio do Laboratório de Pesquisa em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (Laced), vinculado ao Museu Nacional da UFRJ, e da Rede Internacional de Estudos Interculturais (Ridei) em parceria com a Universidade Católica do Peru. Sobre o desenvolvimento do projeto patrocinado pela Fundação Ford, Ema Pi'á, a coordenadora local, professora do Curso de História da UFRR, Maria Luiza Fernandes (apud Resende, 2008, p. 12) destaca as seguintes ações:

A primeira ação foi um diagnóstico da presença indígena na universidade. A ideia é que a gente tenha essa noção das dificuldades deles na instituição. Com relação aos alunos que estão nas comunidades no Ensino Médio, nós fizemos um questionário que os próprios alunos da licenciatura intercultural levaram para eles preencherem, pra gente ter uma ideia da demanda, do que eles querem da universidade. A segunda ação é o pré-vestibular, a terceira ação é de promover eventos aqui e possibilitar a saída de professores e alunos indígenas do Núcleo para participar de eventos fora. A quarta ação é de cursos de extensão, divididos em dois: cursos para alunos da universidade e curso de extensão nas comunidades. Uma outra ação é publicações. Temos feito



a publicação de boletins informativos. Outra é a manutenção da Casa do Estudante. Outra, o Fundo de Pesquisas, depois, o Centro de Documentação e o laboratório de informática. E a última ação é relacionada aos cursos de graduação. Nós temos uma discussão aqui na Universidade de conseguir vagas suplementares nos cursos de graduação.

Nos anos seguintes, com o Instituto Insikiran, já contando com um corpo docente próprio em efetivo exercício, a Universidade Federal de Roraima expandiu a oferta de formação indígena em 3.º grau para mais dois cursos: Gestão Territorial Indígena e Gestão em Saúde Coletiva Indígena.

O curso de Gestão Territorial Indígena foi implantado em 2010, oferecendo 80 vagas no seu primeiro ano e fixando-se em 40 nos anos seguintes.²³ A origem desse curso vincula-se ao reconhecimento, por parte da Universidade, da luta dos povos indígenas em favor do crescimento econômico e social de suas áreas de proteção já demarcadas de 46,2% do território do estado (Roraima, 2007)²⁴ – Roraima tem 224.300.506 km² (IBGE, 2011). A Universidade, sempre contando com o apoio dos movimentos indígenas organizados, assumiu novamente o papel de contribuir com a formação de capital humano especializado, dessa vez que pudesse dar conta dos problemas e dos desafios postos pelo etnodesenvolvimento e de gestão, e sustentabilidade das terras indígenas na sua relação com a sociedade local, regional e nacional. O que se preconizava era a defesa do patrimônio, seja o natural, seja o cultural, como forma de sobrevivência econômica e preservação da identidade dos povos indígenas, em uma concepção que entendesse a gestão do território da seguinte maneira:

Uma conciliação entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico como estratégia para o futuro sustentável das terras indígenas e da Amazônia. O Curso atuará na defesa do território e de seu patrimônio cultural e ambiental, na sensibilização e na educação ambiental, na experimentação, investigação e demonstração ligadas a gestão sustentável dos recursos naturais e ainda no incremento à participação ativa dos atores locais, para garantir o usufruto das terras indígenas e respectivos patrimônios de forma sustentável. (Universidade Federal de Roraima, 2009, p. 13).

Na ocupação das áreas indígenas demarcadas, o povo macuxi que constitui o maior grupo étnico do estado de Roraima vive na sua maioria nas regiões de serra e de lavrado, com aldeias também na República Cooperativa da Guayana. Os wapichanas possuem comunidades do outro lado da fronteira guianense e em áreas do lavrado roraimense. Os ingarikós habitam áreas próximas ao monte Roraima, marco da tríplice fronteira entre Brasil, Guayana e Venezuela. Os yanomamis vivem em regiões de floresta próximos da fronteira com o estado do Amazonas e com a Venezuela, acontecendo o mesmo com os yekuanas a noroeste do estado. Os wai-wai estão geograficamente localizados na região sul com comunidades identificadas também nos estados do Pará e Amazonas. Os saporás estão numa área de transição entre o lavrado e a floresta. E os waimiriri atuam, nas

23 A oferta de 80 vagas para o início das duas primeiras turmas se deu em razão de se cumprir um calendário preestabelecido; pois havia a expectativa dos interessados de que o curso começasse no ano anterior, em 2009.

24 Terras indígenas são uma parte do território nacional pertencente ao País, “habitada por um ou mais povos indígenas, por eles utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.” (Cf. www.funai.gov.br/index.php/nossas-aco/es/demarcacao-de-terras-indigenas?start=1#).



reservas florestais ao sul do estado na fronteira entre Roraima, Amazonas e Pará (cf. Freitas, 2011).

Uma opinião a ser considerada é que o sucesso do Curso de Gestão Territorial Indígena da UFRR depende da capacidade de financiamento e da autonomia que a Universidade e os órgãos de proteção, como Funai, possam oferecer aos estudantes para a prática da iniciação científica e da extensão universitária.

A liberdade de escolha dos temas de pesquisa pelos indígenas e a livre aplicação do conhecimento sobre os recursos naturais e a biodiversidade são requisitos mais do que necessários para que os estudantes possam desenvolver a capacidade criativa e as formas empreendedoras de agregação de valor econômico e social às terras indígenas. Isso por garantir, com mais eficácia, o desenvolvimento das suas comunidades, seja com o aumento, por exemplo, das atividades de agricultura ou de turismo nas áreas de habitação; seja para demonstrar, de modo geral, sua força produtiva diante da economia do estado,²⁵ que depende ainda, em grande medida, dos recursos repassados pelo governo federal, por meio das transferências constitucionais, legais e voluntárias; esta última representando as emendas parlamentares que o estado recebe de sua base política no Congresso.²⁶ O depoimento abaixo de Irani Barbosa Macuxi (apud Resende, 2008, p. 43), ex-coordenadora da Omir, é revelador quanto ao desejo coletivo de sustentabilidade e desenvolvimento das terras indígenas de Roraima:

Não basta só garantir a homologação, nós temos nossos projetos para serem desenvolvidos dentro das comunidades, nós temos que trabalhar essa questão do meio ambiente, da terra, nós temos que trabalhar muito hoje aqui essa questão dos lavoureiros, dos arroteiros que degradaram muito nossas terras, então tudo isso passa por um processo, e nós estamos passando por esse processo de como mudar, nós estamos trabalhando assim. Você está numa universidade e tem o sonho de que? De retornar e poder trazer realmente o trabalho de sustentabilidade, que eu possa trabalhar o que eu tenho, que eu possa vender, tirar da minha aldeia para vender também para fora, mas trabalhando o que eu tenho. Não trazer algo de fora.

O desafio mais recente da Universidade Federal de Roraima para continuar o avanço na oferta da educação superior indígena no estado é o início do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva. Esse curso iniciou suas atividades de ensino no segundo semestre de 2013, e são 40 vagas ofertadas no vestibular. No processo de criação do curso, observa-se a mesma prática dos dois projetos pedagógicos anteriormente desenvolvidos: primeiro, a realização de um conjunto de discussões, o mais amplo possível, com as comunidades indígenas, intermediadas por seus líderes políticos, e depois a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico que, nesse caso, preconiza o fortalecimento da formação profissional com vista à atuação no sistema público de saúde coletiva.²⁷ A abertura desse curso atendeu em parte ao desejo dos líderes indígenas que reivindicavam do governo federal

25 Para uma análise sobre gestão territorial em áreas indígenas de Roraima e a contribuição da UFRR, cf. Bethonico (2012).

26 Sobre a economia de Roraima e a transferência de recursos da União para o estado, cf. Roraima (2009).

27 O estado de Roraima tem dois distritos sanitários indígenas: o distrito especial yanomâmi (DSY) e o distrito especial leste (DSL) sob a gestão da Secretaria Nacional de Saúde Indígena (Sesai), criada em 2010 pelo Decreto n.º 7.336/10. A coordenação dos distritos sanitários no País era exercida anteriormente pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).



medidas urgentes para melhorar a saúde dos povos indígenas conforme documento entregue à Funasa em 2004:

Nós lideranças indígenas dos povos macuxi, ingaricó, wai wai, taurepang, wapichana, saporá e patamona reunidos em Boa Vista para lutar por saúde indígena. Estamos extremamente preocupados com a gravidade que se avança na situação da saúde indígena no estado de Roraima em que se encontram nossos povos indígenas morrendo por problemas na assistência à saúde de nossas comunidades. [...] No primeiro semestre deste ano aconteceu, 176 casos de malária nas comunidades indígenas, sendo a maioria localizada nas áreas de fronteiras com a Guiana e Venezuela, onde o acesso é difícil necessitando apoio de aeronaves. A mortalidade também continua alta atingindo principalmente nossas crianças, onde aconteceram 19 mortes no primeiro semestre deste ano com um coeficiente de mortalidade infantil de 35 por mil nascidos vivos. Consideramos que para resolver todos esses graves problemas é preciso de ter como coordenado regional da Funasa em Roraima uma pessoa que mereça a confiança e a aprovação das lideranças e organizações indígenas (CIR-FUNASA, 2004). (Silva, 2013, p. 12).

De acordo com a proposta pedagógica delineada, o curso tem como principal objetivo educar e formar indígenas que se tornem agentes transformadores do perfil epidemiológico sanitário de sua comunidade, consolidando políticas e programas de natureza pública que sejam mais aplicáveis ao conjunto de necessidades, apresentadas e discutidas pelas diversas comunidades regionais. Isso sempre respeitando os princípios de equidade, integridade e acessibilidade que devem ser postos em prática pelos gestores formados na promoção da saúde dos povos indígenas; considerando, também, suas diferenças etnoculturais, geográficas e ambientais que, no plano macrossocial da Amazônia, podem às vezes não ser visíveis, mas aos olhos de quem aqui reside, percebe-se toda a diferença. O propósito dos indígenas com a devida formação universitária era poder minimizar a ineficiência no atendimento às comunidades e morosidade burocrática no repasse dos recursos federais, que atrasava o pagamento dos profissionais, dificultava a logística de acesso aéreo às regiões de fronteira, a compra de medicamentos necessários e o uso dos transportes terrestres.

Com efeito, há na proposta do curso um claro interesse político e social da Universidade Federal de Roraima e do movimento indígena organizado, que os egressos possam participar mais ativamente na formulação e no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, o País gastou, em 2012, a cifra de R\$ 763.739.309,66 com saúde indígena, e desse volume de recursos, o estado de Roraima consumiu 13% (Brasil, 2013). Os indígenas politicamente organizados querem, por meio do ensino da Universidade, que estudantes aprendam como fiscalizar, planejar, executar e controlar recursos públicos destinados à área de Saúde, aplicando-os conforme os interesses coletivos da sua comunidade. Em outras palavras, como sujeitos portadores de direitos, eles querem, por meio do conhecimento adquirido, abrir espaço para a participação efetiva na gestão das políticas públicas de saúde que são executadas pelos governos federal, estadual e municipal.

Para conduzir o processo de formação indígena em cursos específicos de graduação, o Instituto



Insikiran da Universidade conta hoje com uma equipe técnica formada por 26 docentes efetivos, entre os quais 31,6% são doutores, são mestres 52,6% e os demais (15,8%) possuem grau de especialização. Fazem parte desse trabalho, ainda, professores temporários com diferentes conteúdos formativos e colaboradores de outras unidades, como dos cursos de Direito, Comunicação Social, Arquitetura, Administração e Enfermagem, e do Colégio de Aplicação.

Por fim, os caminhos da educação indígena no 3.º grau da UFRR passam também pelas vias de acesso às outras carreiras universitárias oferecidas pela Instituição. Desde 2007, a UFRR, com base numa resolução aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, tem permitido a oferta de vagas extras para indígenas nas unidades de cursos de bacharelado que assim se manifestam. A oferta é feita com base na autonomia de cada curso, que define sua entrada no Programa e o quantitativo de vagas a ser preenchido pelo Processo Seletivo Específico (PSEI). Em 2007, o PSEI ofereceu na sua primeira edição onze vagas, assim distribuídas: duas para o curso de Medicina, cinco para Economia e quatro para Ciências Sociais. No vestibular de 2014, essas vagas já totalizavam 54 para a maioria dos cursos de bacharelado da Instituição; permitindo que houvesse, dessa forma, maior espalhamento da presença indígena por toda ela num quadro crescente de democratização do acesso ao ensino superior. Como desafio do PSEI, a professora Maria Luiza Fernandes (apud Resende, 2008, p. 53) do Curso de História faz o seguinte comentário:

O desafio é fazer com que as pessoas da instituição e da sociedade percebam isso não como um privilégio. Não é um privilégio dos povos indígenas, como eles dizem: 'ah, para índio é tudo fácil'. Então é a gente conseguir colocar que não é isso, que é uma questão muito mais de direito, que eles estão aí, que têm uma formação necessária, que precisam disso, e que a gente possa contribuir e eles possam estar voltando para suas comunidades.

Na Tabela 7, apresenta-se a evolução da oferta de vagas para indígenas nos cursos da UFRR, vinculados ao Instituto Insikiran e ao conjunto das outras unidades acadêmicas por meio do PSEI.²⁸

28 Para conhecer melhor o processo inicial do PSEI na UFRR, cf. Fernandes (2008).



Tabela 7 – Evolução da oferta de vagas para indígenas por curso vinculado ao Instituto Insikiran e no PSEI/UFRR, 2003-2014

Cursos	Número de alunos			
	2003	2007	2010	2014
Licenciatura Intercultural	60	60	60	60
Gestão Territorial Indígena			80	40
Gestão em Saúde Indígena				40
PSEI		11	56	54
Total	60	71	196	194

Fonte: Comissão Permanente de Vestibular, 2014.

Considerações finais

As observações aqui realizadas tiveram como firme propósito demonstrar a relevância do papel assumido pela Universidade Federal de Roraima na formação em nível do 3.º grau dos povos indígenas dessa região.

A iniciativa da UFRR foi estabelecer um projeto político de educação superior indígena que não fosse simplesmente direcionado à oferta de vagas para a qualificação profissional e entrada no mercado de trabalho, mas tivesse – por meio do reconhecimento da importância dos valores éticos e dos princípios humanísticos – um compromisso com a formação de massa crítica capaz de construir, para a geração presente e futura, novos horizontes sinérgicos ao desenvolvimento socioeconômico regional. Um corpo habilitado de mulheres e homens indígenas que se sentissem aptos a formular e desenvolver novas políticas públicas imbuídas de soluções, viáveis e sustentáveis, a fim de melhorar a vida das comunidades étnicas da Amazônia brasileira, ainda tão carentes de um projeto político de desenvolvimento econômico e social, no qual o Estado brasileiro fosse protagonista das ações principais.

O projeto de educação superior indígena da UFRR foi construído como deve ser a construção de toda atividade de interesse público e representação democrática; teve como raiz a valorização dos elementos de uma nova cidadania, em que os atos praticados foram reflexos do trabalho e união de muitas pessoas, instituições e comunidades pouco assistidas socialmente; revelando também um grau elevado de participação e competência em sua execução. A principal característica desse empreendimento cidadão está na capacidade de diálogo com os diversos movimentos indígenas, que souberam apresentar suas demandas no período correspondido, encontrando no compromisso social e político da Instituição, o acolhimento e as ações devidas.

Vale destacar também que o projeto de educação indígena implantado pela UFRR tem servido para modernizar no interior da Instituição saberes produzidos por ela, representando avanços importantes para o fortalecimento da identidade e para a construção e valorização dos direitos dos povos indígenas. Sua presença no *Campus* universitário e a participação na elaboração dos projetos político-pedagógicos do Instituto Insikiran têm contribuído para ampliar, internamente, o respeito à diferença e o diálogo multiétnico e multicultural entre áreas e cursos oferecidos pela



Universidade.

Certamente, a UFRR terá limites na inclusão dos povos indígenas em seu ensino superior, mas é igualmente certo afirmar que esses limites ainda não chegaram, e muitas oportunidades e responsabilidades estão por vir, principalmente mediante a obrigatoriedade, por parte das Instituições Federais de Ensino Superior, de implantar a Lei n.º 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, que estabeleceu uma reserva de 50% das vagas da rede federal do País para estudantes pobres, na maioria, negros, pardos e indígenas, oriundos da escola pública.

A Lei de Cotas chega à Universidade Federal de Roraima num momento em que ela reúne mais condições, em sua infraestrutura física e maturidade acadêmica, para receber, no contingente universitário atendido na graduação, novos e mais estudantes indígenas, das etnias que já conhecem o funcionamento do ensino superior da UFRR e aqueles que só recentemente têm experimentado essa vivência. Referimo-nos especialmente aos estudantes indígenas yanomami, cuja etnia é ainda considerada uma das mais isoladas do País. Em 2011, a UFRR pôde contabilizar, no resultado do seu vestibular, a entrada de nove estudantes yanomami para os cursos de Licenciatura Intercultural e Gestão Territorial. Foi também, na história do ensino superior público brasileiro, a primeira experiência de uma universidade com estudantes dessa etnia, que agora, com a adoção da Lei de Cotas, poderá fazer da educação pública federal, em todos os níveis, uma aliada importante para seu desenvolvimento econômico e social.

Finalizamos essas considerações destacando que, por todo o período investigado, a UFRR não mediu esforços para oferecer aos indígenas a melhor qualidade possível de uma educação voltada para a cidadania. Como instituição pública de ensino superior, ela tem cumprido o papel que o Estado e a Sociedade brasileira lhe atribuíram, oferecer um ensino de qualidade a uma parte cada vez maior da população do estado de Roraima e da Amazônia, num compromisso claro com o desenvolvimento dos povos dessa região e do Brasil. Em outros termos, ser uma Universidade formadora de pessoas, independentemente de raça, etnia ou outra classificação que façam a diferença no meio social.

Referências

Bethonico, M. B. M. (2012). Gestão territorial em áreas indígenas: a contribuição da Universidade. In: Val, A. L., Melo Filho, A. A. & Wankler, F. L. (Org.). *Universidade, ciência e pesquisa na Amazônia: Os desafios da produção intelectual* (pp. 103-129). Boa Vista: EdUFRR.

Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política nacional de assistência social*. Brasília: MDS.

Brasil. (2005). Ministério da Educação. *Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind)*. Brasília: MEC.

Brasil. (2013). Ministério da Saúde. CGPO. Secretaria Especial de Saúde Indígena. *Programa 2065: Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas*. Brasília: MS.

Carvalho, F. A., Fernandes, M. L. & Repetto, M. (2008). *Projeto político pedagógico do curso de licenciatura intercultural*. Boa Vista: EdUFRR.

Conselho Nacional de Educação. (1999). Câmara de Educação Básica. Resolução CEB n.º 3/99, de



10 de novembro de 1999. Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 nov. Seção 1, p. 19.

Dahl, R. A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. Tradução C. M. Paciornik. São Paulo: Idusp.

Fernandes, M. L. (2008). Indígenas no ensino superior: vagas específicas na UFRR. In: Repetto, M., Neves, L. R. & Fernandes, M. L. (Org.). *Universidade inconclusa: Os desafios da desigualdade* (pp.55-69). Boa Vista: EdUFRR.

Freitas, M. A. B. (2011). O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: Trajetória das políticas para a educação superior indígena. *Estudos RBEP*, 92(232): 599-615.

Gozzi, G. (2004). Estado contemporâneo. In: Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (Org.). *Dicionário de política* (Vol. 1). Tradução C. Varriale. Brasília: UnB.

IBGE. (2001). *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro.

IBGE. (2011). *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2007). *Estatística sobre educação indígena no Brasil*. Brasília, Inep.

Lamounier, B. (Org.). (1990). *De Geisel a Collor: O balanço da transição*. São Paulo: Sumaré.

Loureiro, J. J. P., Oliveira, R. G. & Duarte, R. (Org.). (2012). *Arte e cultura na Amazônia: Os novos caminhos*. Boa Vista: EdUFRR.

Martínez, G. S. S. & Magalhães, E. P. M. (Org.). (2011). *Plano de Desenvolvimento Institucional UFRR 2011-2006*. Boa Vista, RR: Universidade Federal de Roraima.

Malnic, G. (2006). O futuro da universidade pública. In: Steiner, J. E. & Malnic, G. (Org.). *Ensino superior: Conceito e dinâmica*. São Paulo: Edusp.

Pagliari, H., Azevedo, M. M. & Ricardo, V. (Org.). (2005). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Campinas, SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Panizzi, W. M. (2004). *Universidade pública, gratuita e de qualidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Repetto, M. (2008). *Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima*. Boa Vista: EdUFRR.

Resende, M. M. S. (Org.). (2008). *Sistematização das experiências dos projetos inovadores de cursos: Licenciaturas para professores indígenas*. Brasília: MEC.

Rolleberg, M. (2005). *Universidade: Formação & transformação*. São Paulo: Edusp.

Roraima. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Instituto de Terras e Colonização de Roraima. (2007). *Estrutura agrária do estado de Roraima*. Boa Vista: Iteraima.

Roraima. (2009). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. *Anuário Estatístico de Roraima 2009*. Boa Vista: Seplan.

Santos, R. V. & Teixeira, Pery. (2011). O "indígena" que emerge do censo demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(6):1048-1049.

Silva, S. M. (2013). *Gestão da saúde indígena no Brasil: os distritos sanitários especiais indígenas/*